

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
(Companhia fechada)

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2014 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10 - 11
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17 - 48

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - CCR SPVias vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A SPVias iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da companhia. A CCR SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1999. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 82,3 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do estado de São Paulo e o estado do Paraná.

A operação das rodovias oferece conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 862 mil habitantes.

A CCR SPVias desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do Ano de 2014

Destaques Financeiros

- Captação de R\$ 122 milhões de empréstimos por meio do BNDES.

Destaque Operacional

- A Companhia têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2014 foram constatadas 61 mortes, ou seja, uma redução de 44% no número de mortes.

2. Estratégia e Gestão

2.1 Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. Márcio Zuquim Nunes, enquanto o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. José Salim Kallab Fraiha. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Gardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2014, foram investidos R\$ 412 na capacitação de programas de capacitação para 742 colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A CCR SPVias acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país

3.2 Desempenho

Em R\$ mil	2014	2013	Var.%
Receita líquida	714.927	596.061	20%
Receita de pedágio	559.066	519.228	8%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	201.337	118.962	69%
Outras receitas	3.285	2.968	11%
(-) Deduções da receita bruta	48.761	45.097	8%
(-) Custos e despesas (a)	454.686	353.870	28%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	201.337	118.962	69%
Demais custos e despesas	253.349	234.908	8%
Resultado de equivalência patrimonial			
(-) Resultado financeiro líquido	127.693	123.910	3%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	43.703	39.644	10%
(-) Participação dos minoritários			
Lucro líquido	88.845	78.637	13%
(+) Resultado financeiro líquido	127.693	123.910	3%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	43.703	39.644	10%
EBIT (b)	260.241	242.191	7%
Margem EBIT	36,40%	40,63%	-4,23 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	50,67%	50,76%	-0,09 p.p.
(+) Depreciação/amortização	87.060	71.668	21%
EBITDA (b)	347.301	313.859	11%
Margem EBITDA	48,58%	52,66%	-4,08 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	28.439	19.881	43%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)			
(-) Resultado de equivalência patrimonial			
(+) Participação dos minoritários			
EBITDA ajustado	375.740	333.740	13%
Margem EBITDA ajustada (f)	73,16%	69,95%	5%
Dívida bruta	1.369.071	1.254.601	9%
Investimentos	212.654	136.888	55%
Veículos equivalentes (em milhares)	64.682	64.160	3,90%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais..
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

3.2.1 Receita Operacional

A Receita de pedágio totalizou em 2014 R\$ 559.066 (+ 7,67% sobre 2013) e representou 99,41% do total da Receita (sem Receita de Construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve crescimento de 3,9% em relação a 2013 e da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 3,62%.

3.2.2 Custos e Despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 8% em relação a 2013, perfazendo R\$ 253.349 no ano de 2014. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 201.337. Um aumento de 69% em relação a 2013 em decorrência do maior investimento em melhorias (*upgrade*) conforme o cronograma de investimentos de cada ano.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 28.439 e apresentou um aumento de R\$ 43% em 2014, em relação ao ano de 2013. Durante o exercício de 2014, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção.
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 87.060 no ano de 2014. O crescimento de 21% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação.
- O custo de outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 9.172. A redução de 32% deveu-se à redução da parcela de ônus variável de 3% para 1,5% da receita de pedágio e redução de 25% para 23,5% para Receitas Acessórias.
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 72.919 no ano de 2014, uma redução de 15%, devido a encerramento do contrato com empresa terceirizada relativo aos serviços de Interação com cliente e Manutenção de Sistemas.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 36.761 no ano de 2014, registrando um aumento de 28%. Esse aumento deveu-se a contratação de quadro de colaboradores nas áreas de Arrecadação, Pesagem e também as áreas de Interação com cliente e Manutenção de Sistemas e Equipamentos que antes eram terceirizados, e pelo dissídio de 5%, ocorrido em março de 2014.
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 27% e atingiram R\$ 18.998, no ano de 2014. O aumento ocorreu devido à absorção de custos com veículos (combustíveis e manutenção), devido a contratações de colaboradores das áreas de Interação com cliente e Manutenção de Sistemas e Equipamentos que antes eram terceirizados.

3.2.3 Resultado Financeiro

No ano de 2014, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 127.693, comparado a um resultado negativo de 123.910 em 2013. O aumento de 3% ocorreu, principalmente, pela captação junto ao BNDES e variação do CDI.

3.2.4 Lucro Líquido

O Lucro Líquido registrado nesse ano foi de R\$ 88.845, atingindo um aumento de 12,98% quando comparado ao ano anterior.

3.2.5 Dívidas

No ano de 2014 a dívida bruta alcançou R\$ 1.370 milhões em comparação a R\$ 1.254 milhões em 2013.

Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representa 100% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representa 95,15%.

O crescimento da dívida deu-se a captação de R\$ 121.930 em empréstimos por meio do BNDES, para financiamento de suas obras.

3.2.6 Investimentos

A CCR SPVias investiu cerca de R\$ 212.654 milhões em 2014, nas rodovias SP 127, SP 255, SP 258, SP 270 e SP 280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP 270 - Rodovia Raposo Tavares

- Duplicação de 25,78 quilômetros entre o km 132,62 e km 158,4;
- Recuperação de 25,78 quilômetros da pista existente entre o km 158,5 e km 168,21.

SP 258 - Rodovia Francisco Alves Negrão

- Duplicação de 3,52 quilômetros entre o km 339,15 e km 342,67 em Itararé;
- Duplicação de 2 quilômetros entre o km 282,7 e o km 284,7 em Itapeva;
- Implantação de 1 passarela em Itapeva.

SP 127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol

- Programa de Recuperação de Pavimento 2ª Intervenção – 54,85 quilômetros de pista no trecho compreendido entre o km 158,3 (Itapetininga) e o km 213,15 (Capão Bonito);
- Programa de Recuperação de Pavimento 2ª Intervenção – 42,45 quilômetros de pista no trecho compreendido entre o km 105,9 (Tatuí) e o km 148,35 (Itapetininga).

4. Sustentabilidade

A Companhia adota princípios como transparência e equidade, e é considerada uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento do Grupo.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro: redução de custos, geração de receitas e acesso ao capital;
- Capital social: desenvolvimento local, isto é inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte;
- Capital humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal;
- Capital manufaturado: infraestrutura e equipamentos para a empresa desenvolver seus serviços;
- Capital natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais;
- Capital intelectual: conhecimento e propriedade intelectual.

4.1 Desempenho Social

4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - *Stakeholders*

No que diz respeito a Capital Social a CCR SPVias atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária, a companhia desenvolve e apoia diversos projetos sociais junto a seus públicos de relacionamento. Em 2014 foram beneficiadas mais de 507 mil pessoas ao longo dos 26 municípios limieiros. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2014 temos:

- **Programa Estrada para Cidadania** – O Programa Estrada para a Cidadania visa disseminar os conceitos de educação no trânsito e de meio ambiente para os alunos do 4º e 5º ano das escolas públicas municipais, contribuindo com a formação dos futuros motoristas e cidadãos. Em 2014, o programa na CCR SPVias atendeu 22.658 alunos e 1.309 professores em 25 dos municípios da região. Durante o ano foram realizadas diversas atividades como, blitz educativa, oficinas pedagógicas e ações socioambientais e culturais.
- **Estrada para a saúde** – O Estrada para a Saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde e ao modo de vida dos motoristas. Esse programa é realizado por médicos e enfermeiros e oferecem diversos exames de saúde, como verificação de pressão arterial, glicemia (diabetes), colesterol total, triglicérides, avaliação visual, avaliação de peso e altura, além da distribuição de materiais educativos. Foram realizadas onze campanhas ao longo do ano.
- **Projeto Guri** - Com mais de 51 mil alunos distribuídos por todo o Estado de São Paulo, o Projeto Guri, oferece, desde 1995, nos períodos de contra turno escolar, cursos de iniciação e teoria musical, coral e instrumentos de cordas, madeiras, sopro e percussão, promovendo a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. Na CCR SPVias, em 2014, o Projeto Guri foi realizado em Itapeva e visou trabalhar os mais variados gêneros musicais, desde canções populares e músicas folclóricas até composições eruditas.

Na busca da mitigação de riscos na Rodovia, a companhia investe em campanhas de conscientização e orientação junto aos motoristas, tais como Campanha viagem segura (campanhas de orientação quanto ao cinto de segurança, riscos da direção no inverno tais como a neblina, queimadas e etc).

Conheça mais sobre os projetos socioambientais da CCR SPVias e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2014 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Programa de Formação de Profissionais (Trainee), Programa de Inclusão e desenvolvimento de pessoas com Deficiência, Projeto Conhecer, Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), que pretende conscientizar e desenvolver a liderança, com foco nas pessoas. Além disso são desenvolvidos treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

Os treinamentos buscam a disseminação da Visão, Valores e Crenças do Grupo CCR, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

4.2 Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

A fim de preservar o meio ambiente e conseqüentemente a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a CCR SPVias promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências são exemplos destas ações.

No ano de 2014 foi realizada campanha de conscientização para redução nas contas de Energia. Nesta campanha foram instaladas lâmpadas LED nas praças de pedágio, que resultaram em economia de 84.258 kw/h em 2014, uma redução de 2,35% quando comparado com o ano anterior.

Alinhados com os objetivos da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CCR SPVias destinou no ano de 2014, a cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 1.500 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 40% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos.

4.2.2 Capital Manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos.

Nas Rodovias administradas pela CCR SPVias utilizou-se na reconstrução do pavimento a borracha de reciclagem de pneus, além da vantagem de caráter socioambiental, o asfalto borracha é mais durável e gera menos ruído quando da passagem dos usuários pela rodovia, maior aderência aos pneus, proporcionando mais conforto e segurança ao usuário.

4.3 Prêmios e Reconhecimento

- Pesquisa Guia Quatro Rodas 2014 – SP 280 – 4º Lugar

Todas as rodovias administradas pela CCR SPVias foram classificadas como as melhores do país na pesquisa CNT 2014, são elas: SP 280 e SP 255 - 4º Lugar | SP 127 - 10º Lugar | SP 270 e SP 258 - 19º Lugar.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da CCR SPVias agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento especial pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As demonstrações financeiras da Concessionária, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 25 de Fevereiro de 2015.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

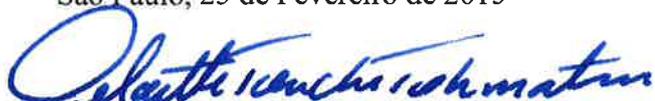
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC nº1 SP 246752/O-6

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo		2014	2013	Passivo		2014	2013
Circulante	Nota			Circulante	Nota		
Caixa e equivalentes de caixa	6	96.196	49.049	Financiamentos e arrendamentos mercantis	13	35.314	7.138
Contas a receber	7	1.783	1.111	Debêntures	14	30.143	24.520
Contas a receber - partes relacionadas	10	34.055	32.405	Fornecedores		33.853	20.663
Impostos a recuperar	8	612	46	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	4.575	5.059
Despesas antecipadas		1.880	1.435	Obrigações sociais e trabalhistas		7.096	6.143
Outros créditos		365	414	Impostos e contribuições a recolher	15a	8.867	9.013
Total do ativo circulante		134.891	84.460	Impostos e contribuições parcelados	15b	-	75
				Obrigações com o poder concedente	23	856	784
				Provisão de manutenção	17	14.851	55.998
				Comissões a pagar		-	8.287
				Outras contas a pagar		1.496	1.008
				Total do passivo circulante		137.051	138.688
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Impostos a recuperar	8	105	105	Financiamentos e arrendamentos mercantis	13	104.065	24.343
Depósitos judiciais		117	79	Debêntures	14	1.199.550	1.198.600
Conta reserva		621	589	Impostos e contribuições parcelados	15b	-	709
Outros créditos		19	0	Provisão de manutenção	17	20.508	16.459
		862	773	Passivo fiscal diferido	9b	65.803	47.236
				Provisão para riscos civeis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16	1.926	1.720
Imobilizado	11	43.253	37.625	Total do passivo não circulante		1.391.852	1.289.067
Intangível	12	1.811.616	1.677.771				
Total do ativo não circulante		1.855.731	1.716.169	Patrimônio líquido			
				Capital social	18a	205.225	205.225
				Reserva de lucros		256.494	167.649
				Total do patrimônio líquido		461.719	372.874
Total do ativo		1.990.622	1.800.629	Total do passivo e patrimônio líquido		1.990.622	1.800.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita operacional líquida	19	714.927	596.061
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(201.337)	(118.962)
Serviços		(60.466)	(76.552)
Custo da outorga		(9.172)	(13.547)
Depreciação e amortização		(86.092)	(71.289)
Custo com pessoal		(28.389)	(20.452)
Provisão de manutenção	17	(28.439)	(19.881)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.748)	(2.397)
Outros		(7.493)	(6.255)
		<u>(427.136)</u>	<u>(329.335)</u>
Lucro bruto		<u>287.791</u>	<u>266.726</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(8.372)	(8.314)
Serviços		(12.453)	(9.564)
Materiais, equipamentos e veículos		(569)	(602)
Depreciação e amortização		(968)	(379)
Outros		(5.188)	(5.676)
		<u>(27.550)</u>	<u>(24.535)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		260.241	242.191
Despesas financeiras	20	(133.726)	(130.039)
Receitas financeiras	20	<u>6.033</u>	<u>6.129</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		132.548	118.281
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9a	(25.674)	(22.083)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>(18.029)</u>	<u>(17.561)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>88.845</u>	<u>78.637</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	18e	<u>0,4329</u>	<u>0,3832</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	88.845	78.637
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>88.845</u></u>	<u><u>78.637</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>					<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Legal</u>	<u>Especial de dividendos</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	205.225	7.459	9.445	72.108	-	294.237
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	78.637	78.637
Destinações:						
Reserva legal	-	3.932	-	-	(3.932)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	18.676	56.029	(74.705)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>205.225</u>	<u>11.391</u>	<u>28.121</u>	<u>128.137</u>	<u>-</u>	<u>372.874</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	88.845	88.845
Dividendos mínimos obrigatórios	18d	-	21.101	-	(21.101)	-
Destinações:						
Reserva legal	18b	-	4.442	-	(4.442)	-
Constituição de reserva de lucros	18c	-	-	63.302	(63.302)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>205.225</u>	<u>15.833</u>	<u>49.222</u>	<u>191.439</u>	<u>-</u>	<u>461.719</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	88.845	78.637
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.029	17.561
Depreciação e amortização	38.313	27.727
Baixa do ativo imobilizado	137	528
Amortização do direito da concessão	48.747	43.941
Capitalização de custo de empréstimos	(14.016)	(9.158)
Juros e variação monetária sobre debêntures, financiamentos e arrendamentos mercantis	140.398	109.740
Variação cambial sobre debêntures, financiamentos e arrendamentos mercantis	-	51
Constituição da provisão de manutenção	28.439	19.881
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	6.233	7.905
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(6)
Constituição e juros sobre provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	825	544
Variação monetária sobre as obrigações com o poder concedente	-	5.308
Juros sobre impostos parcelados	46	54
	267.157	224.076
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(678)	1.424
Contas a receber partes relacionadas	(1.650)	(2.521)
Impostos a recuperar	(566)	4.233
Despesas antecipadas e outras	(453)	3.100
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	13.190	5.313
Fornecedores partes relacionadas	(484)	(950)
Obrigações sociais e trabalhistas	953	1.613
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	25.898	16.509
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(26.336)	(20.459)
Obrigações com o poder concedente	72	(26.475)
Realização da provisão de manutenção	(71.770)	(25.245)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(619)	(444)
Outras contas a pagar	(7.799)	2.000
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	285.760	260.811
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(11.126)	(17.936)
Adições ao ativo intangível	(201.528)	(118.952)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(212.654)	(136.888)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	(32)	(27)
Financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis		
Captações	122.219	798.116
Pagamento de principal	(14.685)	(821.043)
Pagamento de juros	(133.461)	(128.616)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(25.959)	(151.570)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	47.147	(27.647)
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	49.049	76.696
No final do exercício	96.196	49.049
	47.147	(27.647)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional***Constituição e objeto***

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 10 de outubro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Melão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes**• Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 14/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

• Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 02 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela Concessionária. Contra essa decisão, a Concessionária interpôs recurso de agravo de instrumento em 10 de julho de 2014. Em 14 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo a liminar requerida em sede de Agravo de Instrumento. Em 11 de agosto de 2014 foi proferida decisão reconsiderando a anterior e deferindo a antecipação de tutela. Em 13 de agosto de 2014, o Presidente do Tribunal de Justiça determinou a suspensão da antecipação da tutela. Essa determinação do Presidente do Tribunal de Justiça restou prejudicada tendo em vista que a 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça também determinou a suspensão da antecipação de tutela, em 02 de setembro de 2014, nos autos do Agravo de Instrumento específico, interposto pelo Estado de São Paulo. Em primeira instância, o processo encontra-se em fase de instrução.

Devido ao término da duplicação da Rodovia Raposo Tavares – SP 270 do km 115+500 ao 158,400 km , previsto em contrato de concessão, a tarifa desta praça sofreria um impacto significativo. Considerando que a tarifa básica cobrada nesta praça tinha como característica: (i) ser calculada utilizando a tarifa básica quilométrica de pista simples e com cobrança em um único sentido (cobrança unidirecional) e (ii) ter incidido sobre a tarifa o subsídio de pista simples da ARTESP, descontando o valor de R\$ 0,40 da tarifa final calculada, após o término da duplicação, ao se alterar a tarifa básica quilométrica para pista dupla e eliminar o subsídio de pista simples, esta tarifa sofreria um acréscimo em torno de 40% em seu valor. Para uma melhor justiça tarifária, a CCR SPVias solicitou ao poder concedente a alteração do tipo de cobrança nesta praça, passando a ser realizada em ambos os sentidos (cobrança bidirecional).

Isto permitiu que a tarifa, apesar de ter sido acrescida em 40%, fosse dividida entre os sentidos, amenizando o impacto ao usuário desta rodovia. Fato ocorrido em 07 de julho de 2014, conforme Diário Oficial de 05 de julho de 2014.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “p”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Direito de concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 23) ao Poder Concedente, sob o entendimento do contrato de concessão ser um contrato executório. No contrato de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

q) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação ser torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hegde</i>	(d)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

Pronunciamento	Descrição
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de fevereiro de 2015, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para devedores duvidosos
- 9b Impostos diferidos
- 11 Depreciação do ativo imobilizado
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Provisão para riscos
- 17 Provisão de manutenção
- 21 Instrumentos financeiros

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros**Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para debêntures, empréstimos de capital de giro e aplicações financeiras e da TJLP relativo a certos financiamentos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, nº 13 e nº 14.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>
Financiamentos	35.314	34.851	34.853	34.361
Debêntures (a)	31.093	1.200.000	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 2.160, substancialmente composto por financiamentos e debêntures, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia, está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	2.779	6.911
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	93.417	42.138
	<u>96.196</u>	<u>49.049</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,72% do CDI, equivalente a 10,73% ao ano (8,03% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

7. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos a vencer	1.220	1.081
Créditos vencidos até 60 dias	563	30
Créditos vencidos há mais de 361 dias	6	-
	<u>1.789</u>	<u>1.111</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(6)</u>	-
	<u>1.783</u>	<u>1.111</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos a vencer	1.220	1.081
Créditos vencidos até 60 dias	563	30
Créditos vencidos há mais de 361 dias	6	-
	<u>1.789</u>	<u>1.111</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

8. Impostos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	223	4
IRRF	387	42
ISS de pedágio	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>612</u>	<u>46</u>
Não Circulante		
IRPJ e CSLL	<u>105</u>	<u>105</u>
	<u>105</u>	<u>105</u>

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	132.548	118.281
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(45.066)	(40.216)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Crédito nota paulista	-	4
Incentivos relativos ao imposto de renda	1.194	944
Despesas indedutíveis	(463)	(444)
Despesas com brindes e associações de classe	(126)	(119)
Outros ajustes tributários	717	22
Provisão para participação nos resultados (PLR)	<u>41</u>	<u>165</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(43.703)</u>	<u>(39.644)</u>
Impostos correntes	(25.674)	(22.083)
Impostos diferidos	<u>(18.029)</u>	<u>(17.561)</u>
	<u>(43.703)</u>	<u>(39.644)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>32,97%</u>	<u>33,52%</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	1.510	13.108
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	39.958	16.957
Constituição da provisão de manutenção (c)	12.022	24.635
Depreciação de obras lançadas no custo (d)	10.329	10.668
Provisão para participação nos resultados (PLR)	775	718
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	373	-
Provisão para fornecedores	43	2.868
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	654	584
Outros	274	207
	<u>65.938</u>	<u>69.745</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) <i>versus</i> amortização do ativo intangível (contábil) (e)	(81.147)	(77.795)
Custo de empréstimos capitalizados (f)	(20.275)	(16.362)
Amortização linear do direito da concessão gerado na aquisição de negócios (fiscal) <i>versus</i> amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (g)	(27.761)	(21.963)
Outros	(2.558)	(861)
	<u>(131.741)</u>	<u>(116.981)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(65.803)</u>	<u>(47.236)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário de R\$ 1.510 decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2015;
- (b) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b”, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (d) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (e) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07;
- (f) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07; e
- (g) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº 11.638/07.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações	Saldos	
		Ativo	Passivo
	Serviços prestados	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR (a)	1.404	-	110
Outras partes relacionadas			
CORI (b)	52.772	-	4.192
CGMP (c)	-	34.035	-
ViaOeste (d)	-	3	2
Samm (d)	-	-	15
CPC (d) (e)	3.065	15	243
Inovap 5 (d)	-	2	13
Total, 31 de dezembro de 2014	<u>57.241</u>	<u>34.055</u>	<u>4.575</u>
Total, 31 de dezembro de 2013	<u>68.697</u>	<u>32.405</u>	<u>5.059</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	2014	2013
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.516	1.447
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	140	(45)
Previdência privada	111	124
Seguro de vida	6	6
	<u>1.773</u>	<u>1.532</u>

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados a seguir:

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2014	2013
Remuneração de administradores (f)	831	689

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, a qual não inclui os encargos sociais.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Refere-se à prestação de serviços de conservação de rotina e manutenção de rodovias, manutenção de operações, inspeção de tráfego, guincho, fornecimento de mão de obra para operação do sistema de arrecadação e serviço de atendimento pré-hospitalar, executados sob responsabilidade e às exclusivas expensas do Consórcio, cujos valores são liquidados mensalmente no dia 15 do mês;
- (c) Referem-se às receitas de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa), Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2014			2013		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	2.417	(1.562)	855	2.331	(1.445)	886
Máquinas e equipamentos	13	19.111	(10.103)	9.008	16.178	(8.372)	7.806
Veículos	23	10.550	(6.260)	4.290	8.527	(5.881)	2.646
Instalações e edificações	9	613	(391)	222	613	(335)	278
Equipamentos operacionais	12	26.996	(13.054)	13.942	18.563	(11.478)	7.085
Imobilizado em andamento	-	14.936	-	14.936	18.924	-	18.924
		74.623	(31.370)	43.253	65.136	(27.511)	37.625

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2013		2014		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	2.331	2	(34)	118	2.417
Máquinas e equipamentos	16.178	-	(115)	3.048	19.111
Veículos	8.527	-	(832)	2.855	10.550
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Equipamentos operacionais	18.563	-	(229)	8.662	26.996
Imobilizado em andamento	18.924	12.446	-	(16.434)	14.936
	<u>65.136</u>	<u>12.448</u>	<u>(1.210)</u>	<u>(1.751)</u>	<u>74.623</u>

	2012		2013		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	2.135	-	(6)	202	2.331
Máquinas e equipamentos	16.433	-	(1.315)	1.060	16.178
Veículos	8.424	-	(961)	1.064	8.527
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Equipamentos operacionais	14.481	-	(285)	4.367	18.563
Imobilizado em andamento	7.451	18.994	-	(7.521)	18.924
	<u>49.537</u>	<u>18.994</u>	<u>(2.567)</u>	<u>(828)</u>	<u>65.136</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.322 em 2014 (R\$ 1.058 em 2013). A taxa média de capitalização em 2014 foi de 9,82% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,46% a.a. em 2013.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.445)	(147)	30	(1.562)
Máquinas e equipamentos	(8.372)	(1.830)	99	(10.103)
Veículos	(5.881)	(1.096)	717	(6.260)
Instalações e edificações	(335)	(56)	-	(391)
Equipamentos operacionais	(11.478)	(1.803)	227	(13.054)
	<u>(27.511)</u>	<u>(4.932)</u>	<u>1.073</u>	<u>(31.370)</u>

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.314)	(137)	6	(1.445)
Máquinas e equipamentos	(7.368)	(1.869)	865	(8.372)
Veículos	(5.630)	(1.142)	891	(5.881)
Instalações e edificações	(279)	(56)	-	(335)
Equipamentos operacionais	(10.594)	(1.161)	277	(11.478)
	<u>(25.185)</u>	<u>(4.365)</u>	<u>2.039</u>	<u>(27.511)</u>

12. Ativos Intangíveis

	Taxa anual de amortização - %	2014			2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direito da concessão	(*)	1.138.254	(168.696)	969.558	1.138.254	(119.949)	1.018.305
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	1.014.330	(174.278)	840.052	800.108	(141.474)	658.634
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	5.905	(3.899)	2.006	4.154	(3.322)	832
		<u>2.158.489</u>	<u>(346.873)</u>	<u>1.811.616</u>	<u>1.942.516</u>	<u>(264.745)</u>	<u>1.677.771</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	800.108	214.222	-	1.014.330
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.154	-	1.751	5.905
	<u>1.942.516</u>	<u>214.222</u>	<u>1.751</u>	<u>2.158.489</u>

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	672.956	127.052	100	800.108
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.426	-	728	4.154
	<u>1.814.636</u>	<u>127.052</u>	<u>828</u>	<u>1.942.516</u>

Movimentação da amortização

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Adições	Saldo final
Direito da concessão	(119.949)	(48.747)	(48.747)	(168.696)
Direitos de exploração da infraestrutura	(141.474)	(32.804)	(32.804)	(174.278)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.322)	(577)	(577)	(3.899)
	<u>(264.745)</u>	<u>(82.128)</u>	<u>(82.128)</u>	<u>(346.873)</u>

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Adições	Saldo final
Direito da concessão	(76.008)	(43.941)	(43.941)	(119.949)
Direitos de exploração da infraestrutura	(118.411)	(23.063)	(23.063)	(141.474)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.023)	(299)	(299)	(3.322)
	<u>(197.442)</u>	<u>(67.303)</u>	<u>(67.303)</u>	<u>(264.745)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 12.694 em 2014 (R\$ 8.100 em 2013). A taxa média de capitalização em 2014 foi de 9,82% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,46% a.a. em 2013.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Financiamentos e arrendamentos mercantis

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Taxas Contratuais (% a.a)</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em moeda nacional					
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	Janeiro de 2019	139.379	31.236 (a)
Itaú Leasing S.A. (Arrend.Mercantil)	1,0916% a.m a 1,2640% a.m.	N/I	Dezembro de 2014	-	221 (b)
Bradesco S.A. (Arrend.Mercantil)	1,14% a 2,77% a.m	N/I	Dezembro de 2014	-	24 (b)
Total Geral				<u>139.379</u>	<u>31.481</u>
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil				<u>35.314</u>	<u>7.138</u>
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil				<u>104.065</u>	<u>24.343</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Garantias:

- (a) Fiança bancária com aval do acionista controlador.
- (b) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2014</u>
2016	34.851
2017	34.853
2018	32.023
2019	<u>2.338</u>
Total	<u>104.065</u>

A seguir especificamos a principais condições e garantias. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 07 de julho de 2008, a SPVias contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 174.456 dividido em (subcrédito A – R\$ 52.526 e subcrédito B – R\$ 121.930).

O subcrédito A, no montante nominal de R\$ 52.526, está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, sendo que os juros são pagos mensalmente para o subcrédito A desde novembro de 2010, até o vencimento final do subcrédito.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O subcrédito B foi liberado totalmente, nos dias 26 de junho, 26 de novembro de 2014 e 17 de dezembro de 2014, nos montantes de R\$ 60.000 e R\$ 55.000 e R\$ 7.219 respectivamente. O principal e os juros estão sendo pagos a partir do mês subsequente às liberações e o vencimento final será em 15 de janeiro de 2019.

As garantias e taxas permanecem as mesmas das demais tranches em aberto.

14. Debêntures

Instituições financeiras	Taxas contratuais	efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2014	2013
1 2a Emissão - Série única	109,30% do CDI	0,0803% (a)	1.284	509	Julho de 2016	422.922	418.083 (b)
2 3a Emissão - Série única	105% do CDI	0,0787% (a)	1.884	891	Maio de 2016	806.771	805.037 (b)
Total geral				1.400		1.229.693	1.223.120
						2014	2013
Circulante							
Debêntures						31.093	25.470
Custos de transação						(950)	(950)
						30.143	24.520
Não Circulante							
Debêntures						1.200.000	1.200.000
Custos de transação						(450)	(1.400)
						1.199.550	1.198.600

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantia:

- (b) Fidejussória do acionista controlador.

- Em 05 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 400.000, na data de emissão. A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

Os juros das debêntures são de 109,30% do CDI.

A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 05 de janeiro de 2013 e 05 de julho de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
 - Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.
2. Em 29 de maio de 2013, foi realizada a 3ª emissão de debêntures, sendo 80.000 debêntures simples, de série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de R\$ 800.000. A emissão conta com garantia fidejussória através de fiança bancária.

Os juros das debêntures são de 105% do CDI.

O valor nominal das debêntures será pago em uma única parcela, em 29 de maio de 2016 e os juros estão sendo pagos semestralmente, de 29 de novembro de 2013 a 29 de maio de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com prêmio do 25º mês ao 36º mês de 0,50% e a partir do 37º mês de 0,25%.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2014
2016	<u>1.200.000</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações fiscais

a) Obrigações fiscais federais e municipais a recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	2.540	3.049
ISS	3.711	3.141
COFINS	1.583	1.465
Pis, Cofins e CSLL retidos	305	367
INSS retido	300	578
PIS	343	317
IRRF retido	85	96
	<u>8.867</u>	<u>9.013</u>

b) Impostos e contribuições parcelados

	<u>2013</u>		<u>2014</u>		
	Saldo inicial	Provisão de juros	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	75	4	(289)	210	-
	<u>75</u>	<u>4</u>	<u>(289)</u>	<u>210</u>	<u>-</u>
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	709	42	(541)	(210)	-
	<u>709</u>	<u>42</u>	<u>(541)</u>	<u>(210)</u>	<u>-</u>

	<u>2012</u>		<u>2013</u>		
	Saldo inicial	Provisão de juros	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante					
ISS - Cesário Lange	1.071	10	(1.081)	-	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	71	3	(71)	72	75
	<u>1.142</u>	<u>13</u>	<u>(1.152)</u>	<u>72</u>	<u>75</u>
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	740	41	-	(72)	709
	<u>740</u>	<u>41</u>	<u>-</u>	<u>(72)</u>	<u>709</u>

- (1) Em 29 outubro de 2014, os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foram objeto de quitação antecipada por meio da sistemática prevista no artigo 33 da Medida Provisória nº 651/14, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/15, mediante utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas próprios e pagamentos em dinheiro de no mínimo 30% do saldo do parcelamento.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2013		2014			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	242	208	(42)	(184)	47	271
Trabalhistas e previdenciários	56	126	(41)	-	5	146
Tributárias	1.422	-	-	-	87	1.509
	<u>1.720</u>	<u>334</u>	<u>(83)</u>	<u>(184)</u>	<u>139</u>	<u>1.926</u>

	2012		2013			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.481	1.335	(2.229)	(444)	99	242
Trabalhistas e previdenciários	139	17	(102)	-	2	56
Tributárias	-	1407	-	-	15	1.422
	<u>1.620</u>	<u>2.759</u>	<u>(2.331)</u>	<u>(444)</u>	<u>116</u>	<u>1.720</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera cível e trabalhista nos montantes de R\$ 322 e R\$ 113, respectivamente.

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2014	2013
Cíveis e administrativos	7.751	2.996
Trabalhistas e previdenciários	411	401
Tributários (a)	234.414	211.775
	<u>242.576</u>	<u>215.172</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Em setembro de 2013, foi recebida notificação de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 234 milhões (Data-Base: 12/2014). Também há intimação para que a Concessionária proceda à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais, o que, se efetivado, poderia resultar em diferença de até R\$ 25 milhões na apuração de IRPJ e CSLL a partir de 2011. Em 25 de outubro de 2013 a SPVias apresentou sua defesa, e aguarda o julgamento, em 04 de setembro de 2014, a SPVias foi Notificada da decisão proferida em 1ª Instância. A decisão foi parcialmente favorável aos interesses da SPVias, onde houve uma redução do valor total do débito decorrente de requalificação de multa. Tal decisão é provisória ante a previsão de reapreciação da matéria pelo “Recurso de Ofício” e pelo Recurso Voluntário que a SPVias apresentou, em 03 de outubro de 2014, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O referido Recurso aguarda julgamento.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 2014 é de R\$ 164.886.

17. Provisão de manutenção

	2013			2014		
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante	55.998	11.580	6.542	(71.770)	12.501	14.851
Não circulante	16.459	16.859	(309)	-	(12.501)	20.508
Total	72.457	28.439	6.233	(71.770)	-	35.359
	2012			2013		
Circulante	34.459	(10.002)	2.270	(25.245)	54.516	55.998
Não circulante	35.457	29.883	5.635	-	(54.516)	16.459
Total	69.916	19.881	7.905	(25.245)	-	72.457

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a, 10,14% a.a. e 12,29% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 205.225 totalmente integralizado em moeda corrente nacional, representado por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

d. Reserva especial para dividendo

A Companhia deverá constituir essa reserva de lucros quando tiver dividendo mínimo obrigatório a distribuir, mas sem condição financeiras para seu pagamento, situação em que se utilizará dos previstos nos § 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, o qual será submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

Lucro líquido do exercício	88.845
(-) Constituição de reserva legal	<u>(4.442)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>84.403</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	21.101
Reserva especial para dividendo não distribuído	21.101

e. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	88.845	78.637
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>205.225</u>	<u>205.225</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,4329</u>	<u>0,3832</u>

19. Receitas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas de pedágio	559.066	519.228
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	201.337	118.962
Receitas acessórias	<u>3.285</u>	<u>2.968</u>
Receita bruta	763.688	641.158
Impostos sobre receitas	(48.630)	(44.994)
Devoluções e abatimentos	<u>(131)</u>	<u>(103)</u>
Deduções da receita bruta	(48.761)	(45.097)
Receita líquida	<u>714.927</u>	<u>596.061</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(140.398)	(109.740)
Comissões sobre empréstimos e debêntures	-	(14.303)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(136)
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-	(5.308)
Juros sobre impostos parcelados	(46)	(54)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(6.233)	(7.905)
Capitalização de custos dos empréstimos	14.016	9.158
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.065)	(1.751)
	<u>(133.726)</u>	<u>(130.039)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.943	5.054
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	85
Juros e outras receitas financeiras	90	990
	<u>6.033</u>	<u>6.129</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(127.693)</u>	<u>(123.910)</u>

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	93.417	-	-	42.138	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	621	-	-	589	-	-
Contas a receber	-	1.783	-	-	1.111	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	34.055	-	-	32.405	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(245)
Debêntures (a)	-	-	(1.229.693)	-	-	(1.223.120)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(139.379)	-	-	(31.236)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(35.349)	-	-	(21.671)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(4.575)	-	-	(5.059)
Total	<u>94.038</u>	<u>35.838</u>	<u>(1.408.996)</u>	<u>42.727</u>	<u>33.516</u>	<u>(1.281.331)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e arrendamento mercantil financeiro** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2014		2013	
	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>
Debêntures	1.231.093	1.243.969	1.225.470	1.244.714

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo:

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de curto, no valor de R\$ 93.417 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 42.138 em 31 de dezembro de 2013).

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado			
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
Passivos Financeiros							
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	264.644	(33.357)	(41.743)	(50.147)	
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	158.787	(20.014)	(25.046)	(30.088)	
Debêntures	Aumento do CDI	Mai de 2016	807.662	(97.565)	(122.024)	(146.509)	
BNDES	Aumento da TJLP	Julho de 2018	24.425	(1.933)	(2.243)	(2.552)	
BNDES	Aumento da TJLP	Janeiro de 2019	114.954	(9.096)	(10.554)	(12.013)	
Total do efeito de ganho ou (perda)				(161.965)	(201.610)	(241.309)	
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:							
				CDI ⁽²⁾	11,57%	14,46%	17,36%
				TJLP ⁽³⁾	5,00%	6,25%	7,50%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pelo BNDES;
- (4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Riscos de Engenharia - Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra - R\$ 61.421;
- Risco de Engenharia - Conservação e manutenção - R\$ 20.000;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Riscos Patrimoniais / Operacionais - R\$ 43.840;
- Responsabilidade Civil - R\$ 19.306;
- Perda de receita - R\$ 50.259.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 173.526, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 46.000 (R\$ 500 por veículo), sendo R\$ 9.200 (R\$ 100 por veículo) para danos morais.

23. Compromissos vinculados a contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga variável mensal

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia do mês subsequente, alíquota foi de 1,5% da receita de pedágio e de 23,5% das receitas acessórias conforme autorizado pelo Poder Concedente. O compromisso em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 856 (R\$ 784 em 31 de dezembro de 2013).

No decorrer do exercício de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 9.101, referente ao direito de outorga variável mensal (R\$ 14.222 no exercício de 2013).

b. Compromisso com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Em 31 de dezembro de 2014, esses compromissos totalizavam R\$ 250.509 (R\$ 360.941 em 31 de dezembro de 2013) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

24. Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	323	297

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro

Composição da Diretoria

Marcio Zuquim Nunes	Diretor Presidente
Jose Salim Kallab Fraiha	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3